

Estudo Técnico Preliminar 30/2023

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

Prestação de Serviços de treinamento, incluindo todas as taxas de exames (toxicológico se for o caso), aulas e demais exigências para "**Adição de Categoria D**" em Carteira Nacional de Habilitação para Servidores Policiais da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá e unidade descentralizada.

Policiais precisam estar habilitados a dirigir veículos maiores, para realizar suas atividades. Isso ocorre porque os policiais frequentemente precisam transportar grupos de pessoas, como presos ou vítimas, ou transportar equipamentos pesados, como armamentos ou munições.

Além disso, os policiais também podem precisar dirigir veículos maiores em situações de emergência, como em perseguições ou em situações de risco à população. Nesses casos, a experiência e as habilidades de um motorista habilitado na categoria D são essenciais para garantir a segurança de todos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
UTRAN/SELOG/SR/PF/AP	EULER AVELAR PASSOS DE SANTANA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A categoria D da CNH habilita o condutor a dirigir veículos de transporte coletivo de passageiros, com capacidade para mais de 8 passageiros, além do motorista. Os veículos autorizados para essa categoria são:

- Ônibus
- Microônibus
- Van

O deve-se verificar se a autoescola contratada está devidamente credenciada pelo DETRAN.

Após a contratação, o servidor deve iniciar o curso teórico e prático de direção veicular. O curso teórico deverá ter carga horária de 50 horas e o curso prático carga horária de 25 horas.

Após a conclusão do curso, o condutor fará o exame teórico e prático de direção veicular. O exame teórico deverá ter 30 questões e o exame prático duração de 30 minutos.

A aprovação nos exames permite a emissão da CNH categoria D.

A avaliação psicológica é obrigatória para a obtenção da CNH categoria D.

A autoescola credenciada e com boa reputação.

5. Levantamento de Mercado

É preciso registrar, inicialmente, que não há servidores no quadro funcional da SR/PF/AP para a execução direta dos serviços demandados, impedindo, portanto, o aproveitamento de recursos humanos próprios para a sua execução, não restando, portanto, alternativa à Administração a não ser a terceirização de tais serviços.

Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, dado que as atividades que se visa contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

6. Descrição da solução como um todo

A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica capaz de executar em sua totalidade a execução do serviço de capacitação na condução de veículos de com habilitação na categoria D de Servidores da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá (SR/PF/AP)

Tal solução, considera-se adequada para o desempenho dos trabalhos da Polícia Federal, gerando maior segurança para os servidores e por ventura terceiros, uma vez que o servidores habilitados na categoria mencionadas terão capacidade adequada na condução dos veículos de grande porte.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Quatro Matrículas em Curso de Habilitação de CNH categoria D

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 15.409,80

O valor estimado total da contratação é R\$ 15.409,80 (Quinze mil, quatrocentos e nove reais e oitenta centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do Art. 23 da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

O levantamento das atividades a serem realizadas, indica que se tratam de serviços comuns, que poderão ser realizados por uma única empresa, gerando economia na mobilização de pessoal para a execução dos trabalho.

Portanto, com relação à IN SEGES/MP 05/2017, ao § 1º art. 23 da Lei 8.666 / 1993 e à Súmula 247 – TCU, optou-se pelo **não parcelamento da licitação**, pois a existência de diferentes empresas realizando serviços assemelhados, subsequentes e complementares torna o contrato técnica, econômica e administrativamente desfavorável à Administração. O parcelamento poderá ocasionar prejuízo para o conjunto da solução e perda de economia de escala.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Prejudicado.

Não há nenhuma contratação correlata ou que com ela guarde interdependência.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Não se aplica, uma vez que no ano de 2022 não havia a previsão de contratação do serviço.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Servidores estarão habilitados na direção de veículos abrangidos pela categoria D

13. Providências a serem Adotadas

Procurar empresas especializadas para prestação serviços de treinamento e capacitação na habilitação de servidores a dirigir veículos da Categoria D.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A atividade de treinamento e capacitação não causa impactos ambientais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nesses estudos preliminares, entende-se ser a contratação viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JAHILSON BARBOSA DA SILVA

Equipe de apoio